

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor -  
CTPAPD**

**Ata da 10ª Reunião Ordinária de**

**Data: 12/06/2013**

Local: CASS

**Membros Titulares e Suplentes presentes:** Daniel Mancebo (CMP/CGPU-SMU); Wanderson Barreto Corrêa (CMP/CGPU-SMU); Mônica Bahia Schlee (CMP/CGPU-SMU); Claudia Muricy (CMP/CGPU-SMU); Maria do Carmo Camocardi (CGPE-SMU); Ricardo Neiva D'Orsi (Geo-Rio); Simone Pessanha Ramos (RIO-AGUAS); Carlos Eugênio de Figueiredo (COMLURB); Rosane L. Araujo (SMH); Ruth Aono (SMH); Paula Merlino Machado (IRPH); Luiz Paulo Gerbassi (SMTR); Henrique Mendes Torres (CET-RIO); Thaís Rennó de Andrade (SEOP); Elke Schulze Bittar (SEOP); Marcelo Fonseca (SMU/CGPIS); Marcos Borges Pereira (SMAC); Luciane Silva Valete (SMAC); Cesar de Faria Vieira (SMO); Elvira Rossi (RIOURBE); Claudia Alves de Oliveira (PGM).

**Assuntos tratados:**

*A reunião foi iniciada às 10 horas e 15 minutos com a seguinte pauta:*

1. Informe sobre o andamento dos trabalhos e resultados obtidos nas reuniões setoriais e temáticas
2. Apresentação do trabalho coordenado pela SMU/CMP de Reestruturação do Corredor TransCarioca iniciado em 2009 e informe sobre a aplicação desta metodologia nos corredores TransOlímpica e TransBrasil.
3. Informe sobre o processo de espacialização das informações solicitadas aos órgãos envolvidos
4. Debate sobre ações efetivas do Comitê

Daniel Mancebo iniciou a reunião com a apresentação dos informes gerais: A coordenação do CTPD apresentou o processo de trabalho do Comitê no CONSEMAC; está trabalhando em conjunto com o IPP, SMAC e SMH, entre outros órgãos, na regulamentação do Sistema de Informações, previsto no Plano Diretor. E tem visitado os

órgãos setoriais para debater e orientar o preenchimento dos quadros sínteses com as ações estruturantes setoriais e suas diversas interfaces.

Ainda no âmbito dos informes, Daniel esclarece que ainda não foram feitas todas as visitas aos órgãos setoriais, restando quatro órgãos a serem visitados (CAU, IPP, Geo-Rio e Rio-Aguas) e que a reunião com a Casa Civil foi adiada por um motivo de conciliação de agendas.

Daniel expôs em linhas gerais a matriz de acompanhamento das ações, programas e projetos que está sendo construída. A matriz, chamada de Quadro Síntese, explicita a relação entre as ações estruturantes de cada política setorial, os programas, projetos, os instrumentos legais a serem regulamentados, o plano estratégico e o plano plurianual e aponta o andamento, os diagnósticos e informações necessários, os problemas e os prazos para sua execução, em observância ao Plano Diretor. Explicou ainda que estas ações, bem como os programas e projetos serão espacializados. Estes quadros apontarão também a necessidade de regulamentações, articulações intersetoriais, modificações nos procedimentos e rotinas, assim como a interseção e/ou complementação entre elas.

Quanto à demanda dos representantes dos órgãos sobre as formas de ação do Comitê, Daniel ressalta que existem três linhas de atuação:

1. Articulação direta entre técnicos dos órgãos setoriais, que já tem sido um avanço, com alguns resultados práticos;
2. Comunicação oficial, através do órgão coordenador para as Secretarias executoras da política urbana;
3. Articulação com o CIGG de Desenvolvimento Urbano através de reuniões e exposições do andamento dos trabalhos e discussões do CTPD. Quanto a este último canal, a coordenação entende que é necessário avançar mais nas discussões do CTPD para que a reunião com o CIGG seja mais objetiva.

Quanto ao desenvolvimento do trabalho, Daniel informa que a coordenação do Comitê está iniciando o processo de espacialização das políticas setoriais no território municipal.

Sendo assim, foi demandado aos órgãos participantes do Comitê que enviem a localização / demarcação das suas ações / intervenções que serão reunidas em mapas sínteses.

Gerbassi sugeriu o levantamento da localização dos equipamentos públicos de educação e saúde com a delimitação das respectivas áreas de abrangência versus suas capacidades iniciais de atendimento, comparativamente à extensão de sua abrangência efetiva e níveis de serviço (qualidade x intensidade e presteza) no atendimento à população local. Argumentou que, desta forma, caso haja ultrapassagem de sua abrangência e excesso de demanda, com a possível queda dos níveis de serviço, poderá ocorrer reencaminhamento de alunos e pacientes para outros endereços, aumentando distâncias, com a necessidade de viagens motorizadas e maior consumo de tempo, causando transtornos à população, que necessita de atendimento com qualidade, pelo menos para ensino fundamental e secundário e atendimento ambulatorial e de pronto atendimento próximos às suas residências. Enfatiza que, caso esses transtornos ocorram de forma sistemática e cruzada no espaço urbano e em distâncias cada vez maiores, acarretam viagens motorizadas desnecessárias, podendo, em horários de maior intensidade de demanda nos transportes públicos, causar desconfortos e onerar o cidadão.

O objetivo é procurar, mediante a aplicação de estratégias e políticas de gerenciamento da mobilidade relacionadas ao uso e ocupação do solo, a obtenção de equilíbrio entre oferta e demanda em condições sustentáveis e qualidade de atendimento aos usuários, de forma a evitar sobrecarga e melhorar os níveis de serviço no atendimento a população. Assim, o planejamento destes equipamentos urbanos nas proximidades de unidades espaciais de habitação e uso do solo misto, com intensidades equilibradas de ocupação, estações e/ou pontos de transporte públicos igualmente próximos, com capacidade de atendimento e níveis de serviços adequados, reduziria viagens motorizadas desnecessárias e otimizaria o tempo de deslocamento até os mesmos, melhorando a qualidade de vida da população.

Quanto ao MCMV, sugeriu o mesmo procedimento, o que já vem ocorrendo nas discussões de avaliação das etapas preliminares de planejamento e projeto dos Grupamentos do Programa Morar Carioca, no âmbito da SMH.

Daniel comentou que foi esta a metodologia utilizada no Plano de Restruturação do Corredor Transcarioca, trabalho apresentado nesta reunião como referência para o trabalho conjunto proposto pelo Comitê nas áreas de influência dos BRTs.

Henrique defendeu que o Comitê tome um posicionamento a respeito dos trabalhos realizados em tempo recorde, sem o devido planejamento e análise dos diversos órgãos afetos às matérias, comprometendo, inclusive, a segurança dos cidadãos. E citou como exemplo os atropelamentos recorrentes na Transoeste.

Claudia Alves argumentou que caberia também ao Comitê divulgar as ações relativas ao planejamento da Cidade e o trabalho de acompanhamento do Plano Diretor feito pelo Comitê Técnico junto à sociedade. Sugeriu que o CTPD proponha a regulamentação das Audiências Públicas, uma vez que não há uma definição do escopo, do número de audiências, da metodologia e forma de participação, do encaminhamento e prazos das propostas feitas pela população, e das condições para que estas ocorram de forma organizada e padronizada, muitas vezes resultando em processos contra a Prefeitura que questionam a validade de audiências realizadas.

Cesar fez a ressalva de que a população também deve ser capacitada e orientada a participar das audiências públicas, para que as pessoas possam de fato contribuir objetivamente e não fujam do assunto tratado.

Samir Costa, da Coordenadoria de Macroplanejamento da SMU, apresentou o trabalho de Restruturação do Corredor Transcarioca, desenvolvido pela equipe entre 2009 e 2010, e cuja metodologia poderá servir de base para o trabalho de restruturação das áreas de influência dos BRTs proposto pelo Comitê.

Após a apresentação, César argumentou que viabilizar trabalhos como este no contexto do Plano Diretor já terá sido um grande avanço do Comitê.

Dentro do âmbito do Corredor Transcarioca, em especial na área do Cine Vaz Lobo, Claudia Alves sugeriu que o órgão de patrimônio desenvolva um trabalho de valorização da área de entorno ao cinema e se estude a possibilidade de declaração da área como sítio de interesse cultural. Claudia Alves também sugeriu que se vincule o licenciamento ao projeto, associando as doações exigidas pelo licenciamento para implantação de escolas às áreas em que há carências destes equipamentos. Assim as doações serão feitas de forma planejada.

Cesar sugere também planejar a arborização urbana nas áreas sujeitas à intervenção e nas áreas de influência dos grandes projetos, assim como os equipamentos de educação e saúde.

*A reunião foi encerrada às 12 horas e 30 min.*

#### **ENCAMINHAMENTOS:**

Como encaminhamentos, os representantes dos diversos órgãos deverão enviar as planilhas preenchidas e a espacialização de seus projetos.